



## DIVERSIDADE E POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Leodirene Aparecida Yabarrola – Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz<sup>1</sup>  
Maria Aparecida dos Santos do Nascimento – Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz<sup>1</sup>  
Marilena Lemes Marques Salvati – Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz<sup>2</sup>

**RESUMO:** As desigualdades sociais e culturais têm contribuído para que parte da população brasileira não conclua seus estudos no Ensino Básico ou não chegue ao Ensino Superior. Embora, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, o Ensino Fundamental seja obrigatório, muitos jovens desistem dos estudos para trabalhar devido à falta de recursos financeiros. Tal público, porém, se depara com as exigências do mercado de trabalho e com a necessidade de ingressar em cursos técnicos, circunstâncias essas que levam jovens e adultos a voltarem à escola. A presente pesquisa é motivada por mudanças que ocorreram na Educação de Jovens e Adultos (EJA) a partir dos anos de 1990, bem como pela disciplina da EJA no curso de Pedagogia, tendo como orientação as Diretrizes que fundamentam o trabalho do professor, observando as metas a serem atingidas por meio do Plano Nacional de Educação. A metodologia deste trabalho é de cunho bibliográfico e natureza qualitativa, pois apresenta um estudo de leis, documentos governamentais e obras de autores sobre a área, tais como Saviani (1999), Gadoti e Romão (2000) e Marconi e Lakatos (2001). Este artigo é uma pesquisa inicial de teorias que objetivam demonstrar a importância da EJA e de Políticas Públicas que possibilitem o atendimento à população que procura essa modalidade de ensino.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Educação; Jovens e Adultos; Políticas Públicas.*

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é um estudo introdutório sobre os pressupostos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e suas mudanças a partir dos anos 90 até os dias atuais, fundamentado em documentos como as Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos (2006), em leis, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, e em autores que discutem a temática, como Gadoti e Romão (2000). A partir dessas referências, a proposta é realizar uma análise inicial da qualidade do ensino da EJA em diferentes espaços, considerando os discursos de erradicação do analfabetismo no país.

<sup>1</sup> Acadêmicas do 7º Período de Pedagogia, do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz – FAG.

<sup>2</sup> Professora Especialista orientadora da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, do 7º Período do curso de Pedagogia, do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz – FAG.



Na sequência, procura-se analisar documentos como as Diretrizes e Leis que regem a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, já que, por meio da leitura do Plano Nacional de Educação (PNE), verificam-se metas para a EJA, os objetivos que foram alcançados no decorrer dos dez anos de vigência e o que se pretende atingir.

Esta pesquisa utiliza um método dedutivo, “[...] que partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares” (MARCONI; LAKATOS, 2001, p. 106). Tomando como exemplos estudos que correlacionam a teoria com a prática nas atividades individuais ou grupais, segundo Marconi e Lakatos (2001), o objetivo

[...] da Pesquisa Científica não é apenas um relatório ou descrição de fatos levantados empiricamente, mas o desenvolvimento de um caráter interpretativo, no que se refere aos dados obtidos. Para tal, é imprescindível correlacionar a pesquisa com o universo teórico, optando-se por um modelo teórico que sirva de embasamento à interpretação do significado dos dados e fatos colhidos ou levantados (MARCONI; LAKATOS, 2001, p. 114).

## **DIVERSIDADE DE ESPAÇOS E CULTURAS QUE OCORRE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SUAS POLÍTICAS**

As desigualdades sociais e culturais têm contribuído para que determinada parte da população não consiga prosseguir em seus estudos. Conforme consta na Lei de Diretrizes e Bases, nº 9394/96, no artigo 32, o ensino fundamental obrigatório, “[...] com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão” (BRASIL, 1996, p. 11). No entanto, parte significativa dos jovens abandonam seus estudos devido à necessidade de buscar mais recursos para melhorar suas condições de vida. Essas pessoas enfrentam dificuldades no momento de competir por uma vaga de emprego ou ingressar em um curso técnico, já que o atual mercado de trabalho exige aprimoramento e qualificação. Diante disso, muitos decidem voltar às salas de aula.

Na pesquisa que se pretende empreender, é imprescindível analisar autores e documentos que estabelecem as políticas e os espaços que fundamentam as melhorias da Educação de Jovens e Adultos no país, com o intuito de provocar inquietações nos futuros professores para que reflitam sobre o poder e a ideologia produzidos por seu discurso, de tal



modo que tenham consciência e conhecimento para ensinar sem fugir do que consta nos documentos e leis. Cabe a esses profissionais direcionar seu trabalho para os educandos, considerando sua história, sua cultura e suas experiências, por meio da problematização de idéias, rompendo com os modelos tradicionais e objetivando possibilitar a esses alunos o desenvolvimento da autonomia intelectual, para se tornarem sujeitos ativos no processo educativo. Nesse sentido, as práticas pedagógicas trabalhadas em sala de aula devem incentivar os educandos a continuar sua escolarização e socialização na ação do conhecimento com a dinâmica da democratização do saber.

A Educação de Jovens e Adultos surgiu a partir da necessidade de pessoas adultas de adquirirem conhecimentos para desempenharem melhor suas capacidades, seja no trabalho, seja na vida pessoal. Desde então, campanhas foram desenvolvidas para que a educação chegasse a todos. Pensando na mudança de vida dos cidadãos oportunizada pela apropriação do conhecimento, Lourenço Filho (apud BEISIEGEL, 2013), idealizador da Campanha de Alfabetização de Adultos, já antecipava que a alfabetização não era só uma necessidade, mas era também uma exigência do mundo do trabalho.

No Brasil Colônia, o ensino tinha um caráter religioso, não voltado para a produtividade no trabalho, pois a maioria dos trabalhadores era composta por escravos. Só em 1925, por meio da Reforma João Alves, ofereceu-se o ensino noturno para adultos, enveredando um conceito de Educação popular, aquela que devia ser oferecida ao povo. Para atender aos interesses de uma classe dominante, em 1930, iniciou-se um movimento contra o analfabetismo, buscando aumentar o contingente eleitoral.

Por muitos anos, a educação de adultos foi tratada no conjunto, sendo a única forma de educação de adultos praticada no país. Segundo as Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos, o analfabetismo

[...] foi compreendido como um “mal e uma doença nacional” e o analfabeto como “inculto, preguiçoso, ignorante e incapaz”. O domínio da leitura e da escrita foi valorizado para a execução das emergentes técnicas de produção industrial, frente ao acelerado processo de urbanização do país (PARANÁ, 2006, p. 17).

Em 1945, houve o fortalecimento dos princípios democráticos com a criação da Unesco, solicitando aos países integrantes esforços no sentido de educar a população adulta



analfabeta. Logo depois, foi proposta uma Campanha de Educação de Adultos, abrindo uma discussão sobre o analfabetismo e a Educação de Adultos no Brasil, sendo vista como causa e não como acaso do desenvolvimento. Com base na LDB nº 9394/96, no artigo 37, a EJA seria “[...] destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria” (BRASIL, 1996, p. 14).

Com relação ao público atendido pela EJA, trata-se de alunos que trazem consigo uma bagagem de conhecimentos produzidos a partir de experiências vividas na sociedade. Por isso, merecem uma atenção especial do educador, que precisa buscar métodos para contextualizar as situações de aprendizagem de forma significativa, partindo da experiência do próprio aluno e considerando elementos como a cultura, o trabalho e o tempo.

Conforme proposto pelas Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos, incluindo o Plano Nacional para a EJA – PNE (2001), a modalidade da EJA deve ofertar formação nas oito séries do Ensino Fundamental, reconhecendo a necessidade de materiais didáticos e técnicas pedagógicas apropriadas, além de proporcionar uma formação específica para os professores que atuam com esses alunos. Assim, percebe-se que esse fato é um diferencial da EJA, que, por ser apropriada para as necessidades dos alunos, contribui para que muitos consigam permanecer estudando. De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), uma das metas do governo é assegurar

[...] que os sistemas estaduais de ensino, em regime de colaboração com os demais entes federativos, mantenham programas de formação de educadores de jovens e adultos, capacitados para atuar de acordo com o perfil da clientela, e habilitados para no mínimo, o exercício do magistério nas séries iniciais do Ensino fundamental, de forma que atenderá a demanda dos órgãos públicos e privados envolvidos no esforço de erradicação do analfabetismo (BRASIL, 2001, p. 103).

Por meio da leitura de pesquisas sobre os contextos do Brasil neste século, identifica-se a presença marcante dos conceitos de integração nacional e diversidade cultural de forma diferenciada nos vários momentos da história brasileira. Como explicado por Amaral (2000), o conceito de integração

[...] pode ser entendido como sinônimo de homogeneização territorial, cultural e política, e ao mesmo tempo, pode ser compreendido como sinal e possibilidade de enraizamento do homem em seu tempo transitório, para as mudanças possíveis de





serem feitas e também possíveis para afirmar a construção dinâmica de sua identidade nos seus vários tempos e em seus mais variados espaços (AMARAL, 2000, p. 3).

No entanto, as políticas educacionais no país não mudaram muito no decorrer dos anos. Tais conceitos são apresentados pela literatura, nos discursos oficiais, nas decisões a serem tomadas, nas políticas adotadas e nos métodos pedagógicos utilizados nas escolas no que concerne à EJA. No sentido de questionar ou referendar as decisões governamentais democráticas ou autocráticas, e por estarem integralmente ligadas à realidade dos que buscam a educação, compreende-se a importância de apreender as contradições e o movimento apresentados pela dinâmica história brasileira, constituída de grande diversidade étnica e cultural, muitas vezes negada em função de políticas estrategicamente integradoras. Como já afirmava Beisiegel (2013), a Educação, especialmente a EJA, tem sido frequentemente vista como um meio de formação de agentes responsáveis pela construção de um futuro almejado.

Um dos ambientes que a EJA atinge são os espaços socioeducacionais, em que a educação se apresenta como um instrumento de equalização social, com vistas à superação da marginalidade. Dentro desses espaços, porém, também se encontram inseridos jovens com cumprimento socioeducacional.

Saviani (1999) destaca que

Nesse contexto, a Educação é entendida como inteiramente dependente da estrutura social geradora de marginalidade, cumprindo aí a função de reforçar a dominação e legitimar a marginalização. Nesse sentido, a Educação, longe de ser um instrumento de superação da marginalidade, se converte num fator de marginalização [...] (SAVIANI, 1999, p. 16-17).

No entanto, a Educação predomina sobre os educandos como compensatória, interpretada assim como equalização social da marginalidade, e, por meio da ação pedagógica, explicita a garantia da inserção dos indivíduos na sociedade, engajando esforços que contribuam para que o educando que cumpre medida socioeducativa encontre apoio para ser inserido no mercado de trabalho.

A EJA pode ser vista como uma forma de melhoria de vida para os cidadãos, pois facilita o processo de entrada no mercado de trabalho, oferecendo uma melhor preparação e condições de continuarem os estudos. A Educação lhes possibilita compreender e acompanhar

5



as mudanças provocadas pela modernidade, instigando-lhes cada vez mais a aprimorarem seus conhecimentos.

As Políticas Públicas para a EJA precisam contribuir para a prática educativa; e esta Educação ser compreendida como um meio de contribuir para que as taxas de evasão escolar diminuam com o passar do tempo, a partir do incentivo dos pais para que os filhos se dediquem aos estudos, cumprindo todas as etapas escolares. Cumprindo seu papel de mediadora, a Educação deve incitar a reflexão sobre a atuação do ser humano na sociedade, por meio do posicionamento dos educandos nas discussões democráticas.

Ao entrar em contato com a realidade dos estudantes da EJA, reconhecem-se as inúmeras dificuldades enfrentadas por eles. Segundo Gadotti e Romão (2000), os jovens e adultos

[...] trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. O desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de vida comprometem o processo de alfabetização dos jovens e dos adultos. Falo “de jovens e adultos” me referindo à “educação de adultos”, porque, na minha experiência concreta, notei que aqueles que frequentam os programas de Educação de Jovens e Adultos são majoritariamente os jovens trabalhadores (GADOTTI; ROMÃO, 2000, p. 31).

Para muitos, o ensino na modalidade da EJA não é de boa qualidade, mas, ao frequentar essas aulas, é possível perceber que o trabalho pedagógico do educador em sala faz a diferença para que os educandos possam progredir futuramente. Incentivando-os, o educador poderá despertar a vontade do jovem ou do adulto de chegar ao Ensino Superior, de definir uma perspectiva de carreira profissional, de especialização, com vistas a alcançar um salário mais digno e condições melhores de vida para si e sua família. Faz-se necessária a implantação de serviços estaduais e municipais para firmar o compromisso de atendimento a esse público, cabendo aos profissionais da área a cobrança de políticas que ofereçam a ampliação de oportunidades educacionais.

Diante das leituras e da análise dos documentos, compreende-se que, para alcançar a erradicação do analfabetismo, a Educação necessita de mais políticas e recursos tanto para os espaços quanto para os profissionais, já que, além de possibilitar aos cidadãos uma melhor formação para o mercado de trabalho e a valorização de sua autoestima, a EJA pode colaborar

o



para que, no futuro, mais crianças e jovens permaneçam na escola, o que contribuirá para que diminua a taxa de evasão escolar e de analfabetos funcionais no país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa, que ainda está em fase de elaboração, pretende-se, inicialmente, revelar a importância da Educação de Jovens e Adultos no país como melhoria de vida profissional e pessoal da população que almeja aprimorar seus conhecimentos. Ao final da pesquisa, que irá acontecer no semestre seguinte, espera-se ter compreendido os discursos propostos, as ideologias dos profissionais que atuam com o público da EJA, a manutenção de políticas que reproduzem o fim do analfabetismo, bem como a função social e educacional dos espaços escolares.

Ao identificar os discursos veiculados nos conteúdos que fazem referência à EJA e ao analisar o modo como são desenvolvidas as didáticas e as atividades para o público que busca a Educação de Jovens e Adultos, objetiva-se, ao longo da pesquisa, observar como a Educação, com base no que está proposto nas Leis e Diretrizes da EJA, chegará nos espaços escolares e na sociedade, de forma a atender aos educandos e satisfazer as expectativas dos educadores. Por fim, a pesquisa também servirá para refletir se os futuros pedagogos estão preparados para atuar nesses espaços.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, W. R. do. Políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil: conceitos e contextos. **Serviço Social em Revista**, v. 3, n. 1, jul./dez. 2000.  
Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v3n1\\_educacao.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n1_educacao.htm)>. Acesso em: 11 abr. 2016.
- BEISIEGEL, C. de R. A Política de Educação de Jovens e Adultos Analfabetos no Brasil. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão Democrática da Educação**: desafios contemporâneos. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 207-245.



BRASIL. Comissão de Educação. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: Senado Federal, UNESCO, 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001324/132452porb.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 9.394, de 20 dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 02 jun. 2016.

GADOTI, M.; ROMÃO, J. E. **Educação de jovens e Adultos: Teoria, prática e proposta**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da educação de Jovens e adultos**. 2006. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce\\_eja.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_eja.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1999.